
CONSTRANGIMENTOS E RESULTADOS EUROPEUS EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Liliana Rodrigues

Centro de Investigação em Educação (CIE-UMa)
Universidade da Madeira

Eurodeputada Socialista e Membro da Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu

NOTA INTRODUTÓRIA

Quando pensamos na palavra "resto" podemos analisá-la como substantivo que se refere a sobras, a vestígios mas também a ruínas. Algo que foi arruinado. Neste sentido, a palavra assume-me como movimento. Como verbo. À partida num sentido desolador, de quase morte, de subtração mas, por outro lado, mostra-nos o caminho que ainda temos de percorrer.

A escola restante indica-nos caminhos. Mostra-nos, qual Fénix sisífica constantemente a renascer das cinzas, que há um longo percurso a ser pensado e trilhado.

A escola portuguesa precisa da ciência e daqueles que a produzem: as universidades. Mas precisa também de uma Europa que reconheça os seus erros. Que compreenda os seus constrangimentos e resultados.

Neste artigo irei fazer a análise das dificuldades e do que se conseguiu no último quadro europeu 2007-2013. Farei a reflexão do que restou dessa última legislatura no que diz respeito à Agenda do Potencial Humano e, na busca de soluções, irei apresentar o quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020).

CONSTRANGIMENTOS E RESULTADOS EUROPEUS EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

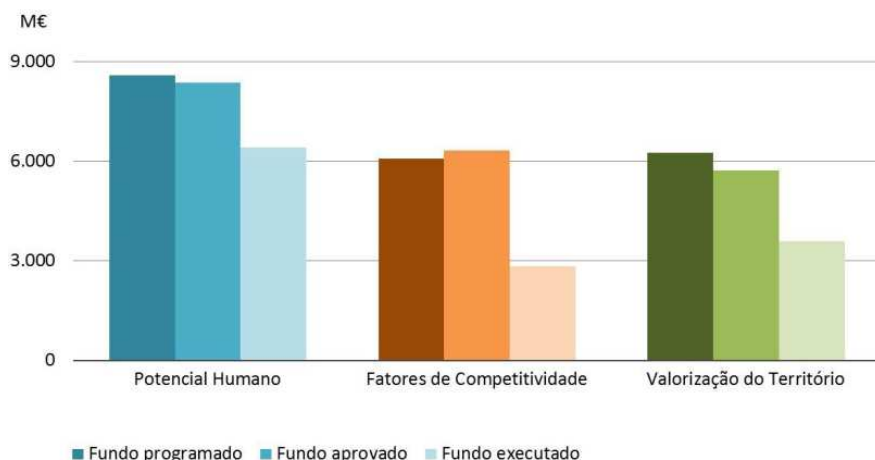
No “Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos”, apresentado em Abril de 2013, faz-se uma avaliação dos resultados relativos ao quadro europeu 2007-2013.

Também nesta altura a Região Autónoma da Madeira passa a ser classificada como uma das regiões mais desenvolvidas da Europa. Esta classificação implicou a perda de fundos estruturais e de coesão e a minha maior crítica a este modelo de classificação é que deixa de for a indicadores fundamentais de avaliação como o desemprego, a qualificação, a pobreza, etc. Ou seja, defendendo um modelo que se

adapte à nossa dimensão, enquanto região ultraperiférica, e que não tenha somente indicadores económicos como instrumento de avaliação.

A agenda do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) encontramos quatro grandes áreas de intervenção:

1. Potencial Humano.
2. Factores de Competitividade.
3. Valorização do Território.



Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos.

Neste gráfico é possível ver o fundo programado, aprovado e executado para cada uma das áreas de intervenção nos objectivos previstos entre o período de 2007 a 2013. Em todas as áreas falhou a execução dos fundos e chamo a atenção para o fundo aprovado na área de factores de competitividade que foi superior ao fundo programado.

Em relação ao Potencial Humano pretendia-se:

1. Qualificar os portugueses;
2. Garantir acesso ao emprego;
3. Promover a inclusão e coesão sociais.

Aqui houve intervenções importantes, particularmente nas vias profissionalizantes de aprendizagem e na formação de adultos. Creio que a passagem para o mercado de trabalho foi menos conseguida.

Houve ainda um forte investimento no parque escolar que não nos serve de muito se os alunos não estiverem na escola. Mas mantenho uma já constante e veiculada posição: não temos professores a mais. Temos é que garantir que os jovens não desistem da escolar e que fazem o percurso escolar secundário.

No mesmo relatório pode-se ler que o abandono escolar é ainda significativo e que as vias profissionalizantes são vistas como vias menores de aprendizagem. Em relação à formação de adultos o atraso é considerado “muito significativo” e refere ainda o mesmo relatório que os percursos de qualificação ficam por completar. Só assim se percebe as acrescidas dificuldades de empregabilidade desta franja da população.

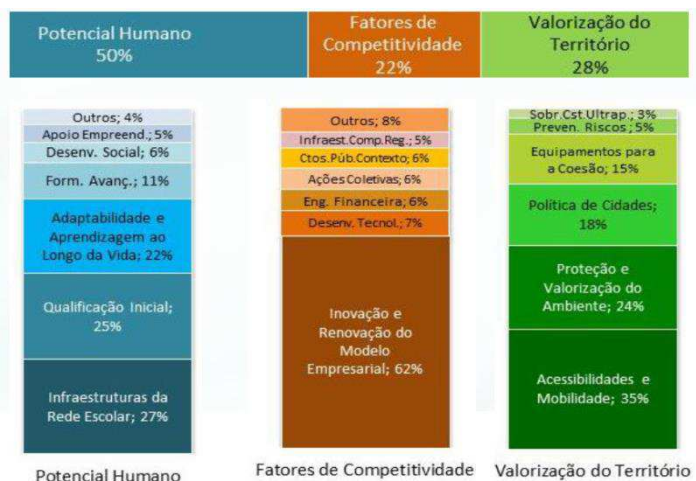
Acresce a tudo isto taxas de desemprego nunca vistas em Portugal, a emigração de jovens e menos jovens e de quadros qualificados. Neste último caso, o investimento de um país é absorvido gratuitamente por países terceiros.

Em relação à área que dizia respeito aos factores de competitividade, o relatório refere que os sistemas de incentivo favoreceram as actividades exportadoras, mas a verdade é que nem por isso os portugueses vivem melhor. Deu-se ainda um reforço das redes e dinâmicas colaborativas nos domínios da investigação e desenvolvimento, e na internacionalização. Mas o relatório é claro: o investimento ficou aquém do expectável. Ou seja, não houve reflex no tecido empresarial. As falências em massa são sintoma disso.

Por fim, e em relação à terceira área, Valorização do Território, houve, particularmente na Região Autónoma da Madeira, uma forte aposta nas infraestruturas e nas redes viárias. Mas acresce a este investimento o problema da manutenção e o descuido com a protecção ambiental, o que é contraditório numa região que vive da sua paisagem, do turismo.

Segundo o supracitado relatório, procurou-se, no entanto, qualificar e valorizar alguns recursos do território regional. Por resolver ficou o problema dos transportes e a importância da Europa olhar para a ultraperiferia como um “trunfo” (conforme comunicação das Comunidades Europeias em 2008).

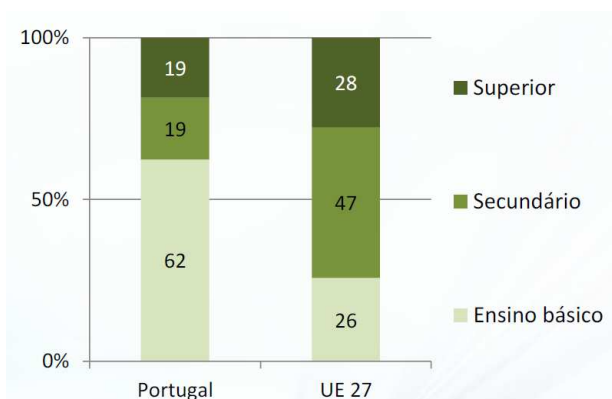
No quadro que se segue é possível verificar quanto foi investido em cada uma das áreas e verificar a percentagem dedicada a cada componente dentro de cada área.



Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos

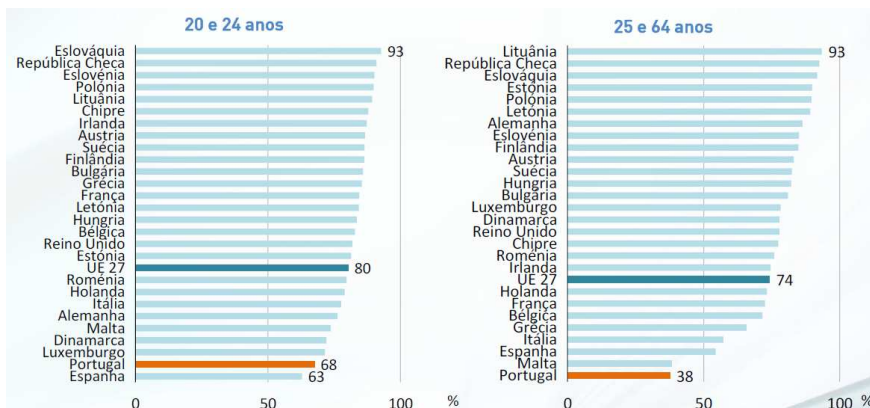
No que diz respeito à área que aqui nos interessa de forma mais particular e de forma sucinta, pretendia-se então a qualificação dos portugueses como instrumento de combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce e como forma de garantir qualificações de activos adultos. Daqui sugere-se um maior acesso ao emprego e a inclusão e coesão sociais.

Olhando para a estrutura de qualificações da população residente, entre os 25 e os 64 anos (2012) compreende-se que os objectivos da qualificação não foram conseguidos.



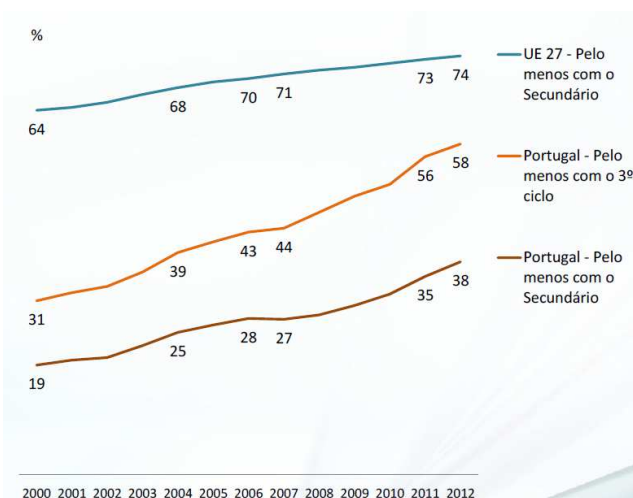
Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos

Em termos europeus, o quadro português não é muito animador no que se refere à taxa de escolaridade secundária por grupo etário (2012).



Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos.

Pode-se ainda verificar a evolução das taxas de escolaridade em Portugal e na EU (25 aos 64 anos) que é francamente positiva.



Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos.

Em relação às taxas de abandono temos ainda um longo percurso a fazer e para isso Portugal terá que definir estrategicamente o que quer. Atente-se ao quadro que se segue e que diz respeito às taxas de abandono escolar precoce. Aqui pode-se ver a evolução em Portugal e na União Europeia a 27.



Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos.

Em termos de taxa de desemprego por níveis de habilitação e idade o panorama não é favorável mas demonstra que a qualificação produz maior potencialidade de empregabilidade.

2012	< Básico - 3º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	Total
15 - 24 anos	40,6	39,0	35,5	39,2	37,7
25 - 34 anos	22,9	18,1	16,8	17,1	18,1
35 - 44 anos	16,7	14,6	13,0	7,7	13,4
45 - 64 anos	14,6	14,9	13,0	5,0	13,0
Total	14,8	18,4	17,6	11,9	15,7
2008	< Básico - 3º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior	Total
15 - 24 anos	18,5	14,3	14,4	27,2	16,5
25 - 34 anos	9,1	9,2	7,5	9,0	8,7
35 - 44 anos	7,1	8,2	5,8	4,3	6,7
45 - 64 anos	6,8	7,4	6,0	1,6	6,3
Total	7,0	9,4	7,9	6,9	7,6

Fonte: Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos

Por isso mesmo é importante olharmos para o projecto Educação e Formação para 2020 (EF 2020) que encontramos publicado no Jornal Oficial C 119, de 28.5.2009, que tem objectivos gerais bem determinados:

- Criar uma Europa do conhecimento e tornar a aprendizagem ao longo da vida uma realidade para todos.
- Apoiar os Estados-Membros na continuação do desenvolvimento dos seus sistemas educativos e de formação.

E objectivos estratégicos ambiciosos:

1. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade;
2. Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação;
3. Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania activa;
4. Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação.

Para isso a União Europeia terá um “Quadro de Indicadores e Valores de Referência” que assentam nos seguintes objectivos:

- Desenvolver competências-chave entre os jovens;
- Modernizar a educação escolar;
- Modernizar o ensino e a formação profissionais (processo de Copenhaga);
- Modernizar o ensino superior (processo de Bolonha);
- Promover a “Empregabilidade”.

A implementação destes objectivos terá como metodologia o Método Aberto de Coordenação (MAC) que foi Criado no âmbito da política do emprego e do Processo do Luxemburgo e definido enquanto instrumento da Estratégia de Lisboa (2000).

O MAC intervém em certos domínios da competência dos Estados-Membros, tais como:

- Emprego
- Protecção social
- Inclusão social
- Educação

- Juventude
- Formação

Este método, segundo a Comissão Europeia, garante 1) a identificação e a definição comum de objectivos (adoptados pelo Conselho), 2) a definição de instrumentos de aferição comuns (estatísticas, indicadores, linhas directrizes) e 3) o «benchmarking», ou seja, a comparação dos desempenhos dos Estados-Membros e a troca de boas práticas (sob o controlo da Comissão).

A verdade é que o novo quadro europeu, nos seus cinco objectivos, tem a educação como meio, ou ferramenta de combate à pobreza e à exclusão sociais. Sabemos que estes dois factos advêm da falta de emprego e que este, por sua vez, exige cada vez mais uma população qualificada. Mais uma vez, e sem qualquer novidade, a aposta está na educação e na qualificação. Desta vez Portugal e a própria Europa não podem falhar. O seu falhanço será o fracasso do projecto europeu.

FONTES

Relatório Estratégico do QREN 2012 - Balanço dos Resultados e de alguns Instrumentos

Instituto Nacional de Estatística

Jornal Oficial C 119 de 28.5.2009